



Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 1

PARECER PRÉVIO Nº 006/2015 — TCE – TRIBUNAL PLENO

**1- Processo TCE nº 11159/2014.**

**Apenso:** Processo nº 10312/2013.

**2- Assunto:** Prestação de Contas Anual.

**3- Órgão:** Prefeitura Municipal de Barcelos.

**4- Exercício:** 2013.

**5- Responsável:** Sr. José Ribamar Fontes Beleza, Prefeito Municipal à época.

**6- Unidade Técnica:** Relatório Conclusivo nº 48/2014/CI-DICAMI e Relatório Conclusivo nº 163/2014 – DICOP.

**7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer Ministerial nº 31/2015 - ACP, do Dr. Ademir Carvalho Pinheiro, Procurador de Contas.

**8- Relator:** Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Barcelos. Exercício de 2013.

*Emissão de Parecer Prévio recomendando a desaprovação das Contas Anuais.*

**9- PARECER PRÉVIO:**

**O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS**, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (Art. 31, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, c/c o art. 127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constitucional nº 15/95; art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts. 1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso II, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM e art. 3º, II, da Resolução nº 09/1997, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, **à unanimidade**, o voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, que passa a ser parte integrante deste Parecer Prévio, **em consonância**, com o pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:

**EMITE PARECER PRÉVIO** recomendando a **DESAPROVAÇÃO DAS CONTAS** da PREFEITURA MUNICIPAL DE BARCELOS, sob a gestão do Sr. JOSÉ RIBAMAR FONTES BELEZA, exercício financeiro de **2013**, nos termos do art. 31, §§ 1º e 2º da CF/88 c/c art. 127, CE/89, art. 18, I, LC nº 06/91 e art. 1º, I e 29 da Lei n. 2423/96.



**Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS**

Pág. 2

**PARECER PRÉVIO Nº 006/2015 — TCE – TRIBUNAL PLENO**

**10- Ata:** 6ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**11- Data da Sessão:** 25 de fevereiro 2015.

**12- Especificação do quorum:** Conselheiros: Josué Cláudio de Souza Filho (Presidente), Raimundo José Michiles, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Raimundo José Michiles, Érico Xavier Desterro e Silva, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Conselheiro Convocado Alípio Reis Firmo Filho.

**13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal:** Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador-Geral.

**JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO**  
Conselheiro-Presidente

**ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA**  
Conselheiro-Relator

**RAIMUNDO JOSÉ MICHILES**  
Conselheiro

**JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO**  
Conselheiro

**ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR**  
Conselheiro

**YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS**  
Conselheira

**ALÍPIO REIS FIRMO FILHO**  
Conselheiro Convocado

**ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA**  
Procurador-Geral

Este documento foi assinado digitalmente por JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO.  
Para conferência acesse o site <http://consulta.tce.am.gov.br/spepe> e informe o código: 8CD80D18-63EC4E26-362A54C8-2EC08BDC



Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 1

ACÓRDÃO Nº 006/2015 – TCE – TRIBUNAL PLENO  
(parte integrante do Parecer Prévio nº 006/2015)

**1- Processo TCE nº 11159/2014.**

**Apenso:** Processo nº 10312/2013.

**2- Assunto:** Prestação de Contas Anual.

**3- Órgão:** Prefeitura Municipal de Barcelos.

**4- Exercício:** 2013.

**5- Responsável:** Sr. José Ribamar Fontes Beleza, Prefeito Municipal à época.

**6- Unidade Técnica:** Relatório Conclusivo nº 48/2014/CI-DICAMI e Relatório Conclusivo nº 163/2014 – DICOP.

**7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer Ministerial nº 31/2015 - ACP, do Dr. Ademir Carvalho Pinheiro, Procurador de Contas.

**8- Relator:** Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Barcelos. Exercício de 2013.

*Considerar revel o responsável. Contas irregulares. Alcance. Aplicação de multas. Prazo. Recomendação à origem. Ciência à Receita Federal do Brasil, ao Ministério Público Estadual. Determinação à SEPLENO.*

**9- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão Plenária, no uso de suas atribuições Constitucionais e legais previstas nos art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c o art. 18, II, da Lei Complementar nº 06/91, arts. 1º, II, 2º, 4º e 5º, da Lei nº 2.423/96 e arts. 5º, II e 11, III, “a”, item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade, nos termos do voto do Exmo. Sr. Conselheiro-Relator, em consonância**, com o representante do Ministério Público junto a este Tribunal:

**9.1 - CONSIDERAR REVEL** o Sr. JOSÉ RIBAMAR FONTES BELEZA, prefeito e ordenador de despesas, em razão de sua omissão na apresentação de defesa/documentos, na forma do art. 20, §3º da Lei n. 2423/96;

**9.2 - JULGAR** pela **IRREGULARIDADE** das Contas da PREFEITURA MUNICIPAL DE BARCELOS, sob a gestão do Sr. JOSÉ RIBAMAR FONTES BELEZA, exercício financeiro de **2013**, com fundamento no art. 22, III, “b” e “c”, da Lei Estadual n.2423/96 face à permanência das impropriedades elencadas no item 13 deste voto;

**9.3 - CONSIDERAR** em **ALCANCE** o ordenador de despesas, Sr. JOSÉ RIBAMAR FONTES BELEZA, no montante de R\$ 1.038.105,31 (um milhão, trinta e oito mil, cento e cinco reais, trinta e um centavos), em função das irregularidades elencadas no item 7 deste Voto, conforme dispõe o art. 304, IV, RITCE, com a concernente devolução aos cofres públicos dos valores devidamente corrigidos;



Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 2

ACÓRDÃO Nº 006/2015 – TCE – TRIBUNAL PLENO  
(parte integrante do Parecer Prévio nº 006/2015)

**9.4 - APLICAR MULTA** ao gestor, Sr. JOSÉ RIBAMAR FONTES BELEZA, nos termos do artigo 54, da Lei Estadual n.2.423/96, c/c art.308, V, da Resolução n.04/2002, no valor de **R\$ 21.920,64 (vinte e um mil, novecentos e vinte reais, sessenta e quatro centavos)**, face à permanência das impropriedades elencadas no item 13 deste Voto, as quais demonstram a prática de atos de gestão ilegítimos e antieconômicos que resultaram danos ao Erário;

**9.5 - APLICAR MULTA** ao gestor, Sr. JOSÉ RIBAMAR FONTES BELEZA, nos termos do artigo 54, da Lei Estadual n.2.423/96, c/c art.308, VI, da Resolução n.04/2002, no valor de **R\$ 43.841,28 (quarenta e três mil, oitocentos e quarenta e um reais, vinte e oito centavos)**, face à prática de atos com grave infração às normas de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, descritos no item 13 deste voto;

**9.6 - FIXAR** o prazo de 30 (trinta) dias para o recolhimento aos cofres estaduais, do valor imputado dos débitos, com comprovação perante este Tribunal, acrescidos da atualização monetária e dos juros de mora devidos, nos termos do art.72, III, da Lei Estadual n.2.423/96 e art. 169, I, da Resolução n.04/02-TCE/AM;

**9.7 - AUTORIZAR** desde já a instauração do Processo de Cobrança Executiva dos débitos, no caso de não recolhimento dos valores da condenação, *ex vi* o art.173 do Regimento Interno deste Tribunal de Contas.

**9.8 - RECOMENDAR** à origem:

a) a observância dos prazos para a remessa da movimentação contábil via ACP;

b) a observação do princípio da especificidade e da oportunidade nos Demonstrativos Financeiros do Executivo, principalmente nas contas dos Balanços Financeiros;

c) a necessidade de controle mais efetivo e eficiente sobre seus bens móveis;

d) proceder aos devidos repasses de recolhimentos à Previdência Social e ao Poder Legislativo;

e) formalizar devidamente as prestações de contas dos processos de concessão de diárias;

**9.9 - DETERMINAR** seja a Receita Federal do Brasil cientificada para que proceda ao levantamento dos dados previdenciários dos servidores da Prefeitura Municipal de Barcelos que porventura contribuam para a Previdência Social, em razão do não recolhimento das contribuições nos exercícios de 2012 e 2013;

**9.10 - OFICIAR** ao Ministério Público Estadual dando-lhe conhecimento dos fatos para apuração de atos de improbidade administrativa praticados pelo Sr. José Ribamar Fontes Beleza, gestor e ordenador de despesas, por infringência às normas legais já mencionadas e danos ao Erário, de acordo com o inciso XXIV, art. 1º da lei nº 2423/96;

**9.11 -- DETERMINAR** à SEPLENO que após a ocorrência da coisa julgada administrativa, nos termos dos arts. 159 e 160 da Res. 04/2002 (RITCE), adote as providências previstas no art. 161 do Regimento Interno.



Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 3

**ACÓRDÃO Nº 006/2015 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 006/2015)**

**10- Ata:** 6ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**11- Data da Sessão:** 25 de fevereiro 2015.

**12- Especificação do quorum:** Conselheiros: Josué Cláudio de Souza Filho (Presidente), Raimundo José Michiles, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Raimundo José Michiles, Érico Xavier Desterro e Silva, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, e Conselheiro Convocado Alípio Reis Firmo Filho.

**13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal:** Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador-Geral.

**JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO**  
Conselheiro-Presidente

**ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA**  
Conselheiro-Relator

**ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA**  
Procurador-Geral

Este documento foi assinado digitalmente por JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO.  
Para conferência acesse o site <http://consulta.tce.am.gov.br/spepe> e informe o código: 8CD80D18-63EC4E26-362A54C8-2EC06BDC